



Município de Alenquer

Departamento Administrativo e Financeiro
Divisão de Contratação - Contratação Pública e Aprovisionamento

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA NO ÂMBITO DE
PERCURSOS PEDESTRES**

PROC. 70/2020_CMA

- AJUSTE DIRETO -

CADERNO DE ENCARGOS



ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
<i>Cláusula 1.^a (Objeto)</i>	<i>3</i>
<i>Cláusula 2.^a (Contrato)</i>	<i>3</i>
<i>Cláusula 3.^a Prazo</i>	<i>3</i>
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3
<i>Cláusula 4.^a (Obrigações principais/especiais do prestador de serviços)</i>	<i>4</i>
<i>Cláusula 5.^a (Forma e fases da execução do serviço)</i>	<i>4</i>
<i>Cláusula 6.^a (Objeto do dever de sigilo)</i>	<i>5</i>
<i>Cláusula 7.^a (Preço base)</i>	<i>5</i>
<i>Cláusula 8.^a (Preço contratual)</i>	<i>5</i>
<i>Cláusula 9.^a (Condições de pagamento)</i>	<i>5</i>
CAPÍTULO III - SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	6
<i>Cláusula 10.^a (Sanções contratuais)</i>	<i>6</i>
<i>Cláusula 11.^a (Força maior)</i>	<i>6</i>
<i>Cláusula 12.^a (Resolução do contrato)</i>	<i>7</i>
CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS	8
<i>Cláusula 13.^a (Caução)</i>	<i>8</i>
<i>Cláusula 14.^a (Seguros)</i>	<i>8</i>
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	8
<i>Cláusula 15.^a (Foro competente)</i>	<i>8</i>
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS	8
<i>Cláusula 16.^a (Comunicações e notificações)</i>	<i>8</i>
<i>Cláusula 17.^a (Contagem dos prazos)</i>	<i>8</i>
<i>Cláusula 18.^a (Legislação aplicável)</i>	<i>9</i>



PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a (Objeto)

1 – O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por ajuste direto, que tem por objeto principal a **aquisição de serviços de consultoria técnica, no âmbito dos percursos pedestres**, de acordo com as cláusulas constantes no presente caderno de encargos.

2 – À presente prestação de serviços corresponde a categoria 71241000-9, Estudo de viabilidade, serviço consultivo, análise, conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e a Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho 2001/24/CE, relativa aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV.

Cláusula 2.^a (Contrato)

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a Prazo

O presente contrato de prestação de serviços é válido por um período de **12 (doze) meses** e terá início após a data da outorga do contrato, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS



Cláusula 4.^a (Obrigações principais/especiais do prestador de serviços)

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o prestador de serviços as seguintes **obrigações principais e especiais**:

- a) Nomear um gestor responsável pelo acompanhamento e execução do contrato e comunicar a identidade do mesmo, bem como quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- b) Afetar profissionais qualificados para a adequada prestação do serviço;
- c) Prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos definidos neste caderno de encargos.
- d) O serviço deve ser efetuado em perfeitas condições, conforme informações dos serviços da Câmara Municipal;
- e) Consultoria técnica de 12 Percursos Pedestres (6 percursos implementados e 6 a implementar) em Alenquer com um total de aproximadamente 140 km;
 - i. Elaboração de estudo prévio com verificação de traçados;
 - ii. Levantamento da sinalética a instalar e produção de relatório georreferenciado;
 - iii. Apresentar mapa de quantidades identificando todas as intervenções necessárias;
- f) Homologação dos Percursos Pedestres pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal;
 - i. Elaboração de Projetos para os Percursos Pedestres;
 - ii. Solicitação de Registos dos Percursos Pedestres;
 - iii. Pedido de Vistoria dos Percursos Pedestres (após implementação dos mesmos);
 - iv. Entrega dos Certificados de Homologação de cada Percurso Pedestre.

2 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a (Forma e fases da execução do serviço)

1 – Os serviços objeto do contrato deverão ser executados da seguinte forma:

Fase 1 – Consultoria técnica de 12 percursos pedestres no prazo de 6 meses, após a outorga do contrato;

Fase 2 – Homologação dos percursos pedestres, no prazo de 6 meses após a aprovação dos percursos pela Câmara Municipal de Alenquer.

2 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, sempre que necessário, reuniões de coordenação com o gestor de contrato.

3 – Os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.



Cláusula 6.^a (Objeto do dever de sigilo)

- 1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alenquer, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Excluem-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.^a (Preço base)

- 1 – O preço base é o preço máximo que o Município de Alenquer se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.
- 2 – O preço base fixado para a celebração do contrato é de **€ 11.621,39 (onze mil seiscientos e vinte um euros e trinta e nove cêntimos)**, ao qual acresce IVA à taxa em vigor, distribuído pela seguinte forma:

Fase 1 – Consultoria técnica de 12 percursos pedestres, é de **€ 4.949,39 (quatro mil novecentos e quarenta e nove euros e trinta e nove cêntimos)** ao qual acresce IVA à taxa em vigor;

Fase 2 – Homologação dos percursos pedestres, é de **€ 6.672,00 (seis mil e seiscientos e setenta e dois euros)** ao qual acresce IVA à taxa em vigor.

Cláusula 8.^a (Preço contratual)

- 1 – Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Alenquer deve pagar ao prestador de serviços os preços constantes da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal.
- 2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alenquer (**incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças**).

Cláusula 9.^a (Condições de pagamento)

- 1 – Os pagamentos devidos serão efetuados da seguinte forma:



Fase 1 – Consultoria técnica de 12 percursos pedestres

Fase 2 – Homologação dos percursos pedestres.

2 – As quantias devidas pelo Município de Alenquer, nos termos do número anterior e das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alenquer das respetivas faturas ou documentos equivalentes, os quais só podem ser emitidos após o vencimento da obrigação respetiva.

3– Em caso de discordância por parte do Município de Alenquer quanto ao valor indicado nas faturas ou documentos equivalentes, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou nota de crédito.

4 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III - SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 10.ª (Sanções contratuais)

1 - Pelo incumprimento das obrigações contratuais decorrentes do presente contrato, o Município de Alenquer, pode aplicar uma sanção, de natureza pecuniária, de 1% até 5% do preço contratual, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, por cada uma das obrigações em atraso, sem prejuízo do direito de resolução do contrato.

2 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Alenquer tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

3 - Os valores das sanções pecuniárias, previstas no número anterior, são deduzidas aos pagamentos devidos pelo Município de Alenquer, ao abrigo do contrato.

4 – Em caso de resolução do contrato, a título sancionatório, por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Alenquer pode exigir uma indemnização pelo dano excedente, nos termos do artigo 333.º do CCP.

Cláusula 11.ª (Força maior)

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.



3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.ª (Resolução do contrato)

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contrato cessa:

- a) Por impossibilidade definitiva por de uma das partes;
- b) Por caducidade, revogação ou resolução;
- c) Nos demais casos, legal ou contratualmente previstos, ou impostos pelos competentes organismos oficiais;
- d) Por impossibilidade objetiva permanente, não imputável a qualquer das partes, de fazer a prestação de serviços, podendo, neste caso, proceder-se à modificação do contrato, nos termos do artigo 311º do CCP;

2 – O direito à resolução do contrato poderá ser exercido por ambas as partes nos termos do do CCP.

3 – O Município de Alenquer pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentado, designadamente na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, e ainda, a título sancionatório, nos termos previstos nos artigos 333.º, 334.º e 335.º do CCP.

4 – O prestador de serviços tem direito de resolver o contrato por alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, incumprimento definitivo do contrato, por facto imputável ao Município de Alenquer e por incumprimento por este, de decisões judiciais respeitantes ao presente contrato.



5 – A fixação e o pagamento de indemnizações devidas ao prestador de serviços depende sempre de requerimento apresentado por este, na sua qualidade de interessado, acompanhando-o dos respetivos elementos justificativos, num prazo não superior a oito dias, a contar da verificação do fato que lhe deu origem.

6 - O direito de resolução referido nos números anteriores exerce-se mediante declaração enviada à contraparte e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alenquer.

CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 13.^a (Caução)

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é obrigatória a prestação de caução no âmbito do presente contrato.

Cláusula 14.^a (Seguros)

1 - É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos decorrentes da execução do contrato.

2 - O Município de Alenquer pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços exhibir a mesma no prazo de 5 dias.

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 15.^a (Foro competente)

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Loures.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 16.^a (Comunicações e notificações)

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3 – Relativamente às comunicações e notificações efetuadas entre as partes nos termos do número 1, reserva-se o direito à contraparte de aceitar ou não o conteúdo das mesmas.

4 – À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

Cláusula 17.^a (Contagem dos prazos)



Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias de feriados.

Cláusula 18.^a (Legislação aplicável)

Tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, o contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos e subsidiariamente o disposto no artigo 280.º do mesmo.